

Título: Acesso de crianças a bens culturais: uma análise sobre os dados de estudantes da rede pública da região metropolitana de Goiânia¹.

Autores:

Barbara Christina Pereira da Silva Carrijo²

Dayana Liberato Amorim³

Sheilla Oliveira Pires⁴

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o acesso de crianças da região metropolitana de Goiânia às atividades culturais, investigando os determinantes da frequência a teatros, cinema, museus e biblioteca, além de atividades de leitura. Para tanto, são estimados uma série de modelos estatísticos sobre os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2011, onde é estimada a probabilidade de que uma criança frequente atividades de cultura, em função de uma série de variáveis, destacando as características dos pais e da escola. De modo geral, os resultados mostram que o perfil socioeconômico das famílias apresenta efeito positivo e significativo sobre o acesso à cultura das crianças, ou seja, familiares de baixa renda tentem a ter maiores dificuldades de garantir o acesso das crianças ao direito de cultura. Portanto, parece haver um efeito de transmissão da desigualdade de acesso entre as gerações de pais e filhos. Estes resultados permitem concluir que o acesso a serviços culturais é ainda desigual no país e, em particular, na região analisada, com uma forte dependência dos aspectos socioeconômicos.

¹Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.

² NEPEC/FACE-UFG - barbaracarrijo@outlook.com

³ NEPEC/FACE-UFG – dayana.liberato.amorim@gmail.com

⁴ NEPEC/FACE-UFG - sheilla_pires@hotmail.com

1. Introdução

Desde meados do século passado, o setor de cultura tem adquirido cada vez mais relevância na economia brasileira, tanto pela quantidade de empregos gerados como pelo volume de recursos que movimenta. Além disso, como mostra Laraia (2001), outros fatores não econômicos estão envolvidos na produção e no consumo de cultura, como o fomento à integração social e a defesa dos direitos humanos, o respeito às crenças, valores, modos de vida, etc. De modo geral, é possível considerar a cultura, de modo direto ou não, como um bem público puro, ou seja, não excludente e não rival, onde o consumo de uma unidade de cultura a mais não impede outro indivíduo de consumi-la, e, conseqüentemente, não existem custos marginais associados ao seu uso. A partir dessa definição, quando uma pessoa consome cultura toda a sociedade se beneficia, acarretando em uma nação melhor desenvolvida. Desta forma, é necessário reconhecer os direitos culturais como uma necessidade básica dos cidadãos, o que leva a uma busca de integração da cultura nas políticas sociais para a redução da desigualdade no acesso ao bem cultural.

Contudo, pouco se tem avançado na análise dos determinantes do acesso a bens culturais, principalmente no que diz respeito ao consumo ou frequência a atividades de crianças e adolescentes no Brasil. A maior parte da análise está concentrada na análise de estatísticas sobre a disponibilidade de infraestrutura do setor cultural nos municípios, tais como bibliotecas, teatros, cinemas e atividades turísticas ou ainda sobre a presença de bens de consumo no domicílio dos indivíduos, como existência de telefones celulares ou acesso à internet. Porém, dada as características desiguais da economia brasileira e os impactos que a mesma apresenta sobre diversos aspectos sociais, a simples existência da oferta de serviços ou atividades culturais em determinada região pode não ser suficiente para fornecer igual acesso à toda a população, como seria de se esperar para um bem público tradicional. Considerando a recente preocupação demonstrada pela Convenção Iberoamericana dos Direitos dos Jovens sobre a participação de crianças e adolescentes em atividades de cultura, a análise dos determinantes do acesso deste público mostra-se de grande importância.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo principal realizar uma análise dos determinantes do acesso de crianças e estudantes às atividades culturais no Brasil, considerando uma amostra de alunos do ensino fundamental da Região Metropolitana de Goiânia, no Centro-Oeste do país. O interesse específico do artigo é verificar se as características socioeconômicas das famílias geram diferenças na frequência destes estudantes às atividades de cultura na região. Caso corroborada esta hipótese, fica evidenciado mais um efeito da desigualdade de renda sobre o bem estar social. Para cumprir com este objetivo, a análise é realizada sobre os dados do exame de desempenho acadêmico realizado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) realizado no ano de 2011 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Além desta introdução, o artigo será composto por uma breve revisão da literatura, uma seção metodológica, resultados e discussões, além de considerações finais.

2. Revisão da literatura

Uma das primeiras tentativas de compreensão do que é cultura foi feita por Tylor (1871), que define cultura como um complexo formado por conhecimentos, crenças, artes, moral, costumes, capacidades e hábitos adquiridos pelos indivíduos na interação social, ou seja, a cultura seria um fenômeno social natural, algo inerente ao ser humano. Dessa forma, as

desigualdades existentes no processo evolutivo de cada sociedade gerariam a diversidade cultural. Kroeber (1917) argumenta de modo parecido, que a cultura é um processo acumulativo das experiências históricas de gerações anteriores que permite a adaptação do ser humano aos ambientes ecológicos. Todo indivíduo possui comportamentos relacionados aos padrões culturais da sociedade em que ele vive.

Ainda dentro da tradição mais sociológica, Sapir (2012) atribui três definições à cultura, sendo a primeira no sentido dos etnólogos, onde as características adquiridas em determinado espaço são tomadas como cultura. Dentro desse sentido, o autor ainda afirma que uma palavra que traduz de maneira correta esse sentido de cultura é a “civilização”. A segunda definição mostra a cultura como o conhecimento intelectual que um indivíduo possui e que o faz ser visto como uma pessoa culta pela sociedade. A terceira capta a forma como o indivíduo vê a vida, aspectos que ele adquire dentro de seu círculo de convivência, entendendo a cultura como uma identidade de civilização nacional.

Abordagens mais modernas sobre o conceito de cultura se distanciam desse caráter predominantemente antropológico e surgem definições em diferentes áreas do conhecimento, como dentro do âmbito econômico, principalmente a partir de 1960. Como mostram Lima et al. (2006), a ciência econômica procura delinear a relação entre cultura e economia pela ótica da comercialização de produtos culturais. Se antes estes dois elementos eram interpretados como diferentes e independentes formas de relações sociais, o contexto mais recente mostra que a atividade cultural pode ser vista como um bem ou serviço, onde a economia tem a função de garantir o ambiente de trocas entre os agentes. Esta visão possibilita, por exemplo, que Diniz (2003) analise o fluxo de produção, distribuição e consumo de bens culturais no Brasil, mostrando que as regiões metropolitanas, principalmente as capitais, constituem o grupo de municípios de melhor ambiente cultural. Também analisando a cultura como o acesso a um bem, o trabalho de Brandão e Martinez (2006), ao analisar colégios que atendem setores das elites cariocas, evidencia que, apesar do maior acesso entre as culturas de classe, ainda persistem traços distintivos de práticas culturais e estilos de vida, o que mantém e reforça as hierarquias sociais. Dessa forma, as classes de famílias menos privilegiadas tem acesso restrito a bens culturais audiovisuais e de microinformática. Mais recentemente, o estudo do IPEA (2007) define bens culturais como aqueles que unem demandas materiais à cultura, de forma que estes são úteis para proporcionar informações, entretenimento e posicionar social e estruturalmente as pessoas em relação a outras. Esta definição abarca como itens culturais a leitura, a fonografia, o espetáculo vivo, o audiovisual, a microinformática e outras saídas (boate, danceterias, zoológico, afins.).

Contudo, quais são os determinantes do consumo destes bens culturais no Brasil? Para autores como Taschner (2000), o uso de tecnologias relacionadas à internet pode se constituir em um importante elemento de democratização do acesso a atividades culturais por parte da população. A promoção de eventos culturais, principalmente os destinados a atrair recursos turísticos para cidades ou regiões específicas, também tem se mostrado como um fator importante para o aumento do consumo de bens culturais Semedo (2008). Por outro lado, Sobreira (2005), por exemplo, mostra que a precariedade do sistema de transporte é um limitador do consumo de atividades culturais na cidade de Salvador, dado que a maior oferta destes serviços se encontra concentrada na área central e em bairros nobres, distantes dos bairros periféricos. Desta forma, a simples oferta de bens e serviços desta natureza na região pode não ser fator suficiente para equalizar o acesso à atividades culturais a toda a população, principalmente quando se admite que existem custos financeiros envolvidos (preço de entradas, custo de transporte, valor mais elevado de produtos considerados de primeira linha, etc.).

Sendo a cultura, do ponto de vista da teoria econômica, um bem ou serviço que pode ser comercializado e, dada a reconhecida estrutura desigual da sociedade brasileira no que diz respeito à renda, é de se imaginar que tal heterogeneidade também tenha impactos sobre o acesso a bens e serviços culturais. No que diz respeito às crianças e adolescentes, este impacto é de especial interesse dada a possibilidade de existir uma transmissão da desigualdade de renda e de acesso cultural entre gerações. Uma série de estudos tem encontrado evidências do papel das características socioeconômicas dos estudantes e de suas famílias sobre o desempenho educacional obtidos em exames nacionais e internacionais. Em termos gerais, os resultados apontam que quanto maiores as disparidades de renda ou de condições sociais das famílias, mais desigual será o resultado acadêmico dos alunos da sociedade analisada – Coleman (1966), Hanushek (1986), Menezes Filho (2007), entre outros. Dada a relação entre cultura e educação, pode-se levantar a hipótese de que os fatores socioeconômicos também afetem a disposição ou o acesso de crianças e adolescentes a bens e serviços desta natureza.

A revisão da literatura não encontrou análises similares para a realidade brasileira no que diz respeito aos determinantes do acesso de jovens estudantes à bens culturais. Desta forma, pretende-se realizar uma primeira aproximação sobre os possíveis condicionantes, usando uma amostra de alunos do ensino fundamental da região metropolitana de Goiânia, no estado de Goiás. A próxima seção apresenta a metodologia utilizada para a avaliação do acesso aos bens culturais dos alunos do ensino fundamental.

3. Metodologia

Para cumprir com os objetivos propostos, este artigo utiliza os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) realizado em 2011 pelo INEP. A avaliação SAEB é um dos instrumentos de verificação do sistema educacional brasileiro, sendo um exame composto por uma amostra anual de estudantes das séries finais dos ciclos da Educação Básica – 4ª e 8ª série (5º e 9º ano) do Ensino Fundamental – das escolas públicas e privadas urbanas e com mais de 20 alunos matriculados na série. A avaliação conjuga testes de desempenho em língua portuguesa e matemática, aplicados aos estudantes juntamente com um questionário sócio econômico. Este último é endereçado a diferentes atores que compõem a escola (alunos, professores e diretores), coletando dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho.

São analisadas informações de municípios da Região Metropolitana de Goiânia, uma vez que a literatura tem destacado a concentração de bens culturais nos centros urbanos. Os municípios considerados são: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Para captar o acesso à atividades culturais, são usadas algumas das variáveis disponíveis no questionário socioeconômico respondido pelos estudantes. São criadas 5 variáveis binárias de valor igual a 1 se o aluno costuma frequentar cinema; teatro; museu; apresentações musicais e; se tem o hábito de ler livros em geral. Essas binárias são utilizadas como variáveis dependentes em um modelo que capta os determinantes da probabilidade de que o estudante tenha acesso a serviços culturais. Para tanto, é estimado o seguinte modelo Logit:

$$\Pr(Y_i = j) = f(\text{gênero}, \text{cor}, \text{série}, \text{rede}, \text{escola}, \text{socioeconômicos})$$

onde Y_i é uma binária que representa o acesso à cultura com as variáveis anteriormente definidas; *gênero* é uma *dummy* de 1 para homens e 0 para mulheres; *cor* recebe valor 1 para brancos e 0 para não brancos; *série* tem valor 1 para os alunos da 4ª série e valor 0 para os da 8ª série; *rede* é um conjunto de variáveis binárias para captar a competência administrativa da escola (particular, municipal, estadual).

As variáveis *escola* e *socioeconômicos* tentam captar as características das escolas e do perfil socioeconômico dos alunos analisados. Estes elementos oferecem algumas dificuldades adicionais. Em primeiro lugar, a própria definição de perfil socioeconômico não está clara na literatura empírica. A segunda dificuldade diz respeito à quantidade de variáveis disponíveis que poderiam gerar excesso de colinearidade entre os fatores explicativos de um modelo de regressão. Estas mesmas dificuldades são encontradas na hora de se definir qual ou quais variáveis empregar para representar a estrutura e demais características das escolas onde cada aluno está inserido.

Para tentar suprir esses desafios, o presente estudo faz uso de um modelo de análise fatorial para construir fatores que sintetizem as características fundamentais do perfil socioeconômico e das escolas dentro da região metropolitana do Estado. A análise fatorial é um ramo da estatística multivariada que busca, através da avaliação de um conjunto de variáveis, a identificação de dimensões de variabilidade comuns existentes em um conjunto de fenômenos (Bezerra, 2009). O termo análise multivariada refere-se a métodos da estatística que visam analisar simultaneamente duas ou mais variáveis, com o objetivo de reduzi-las e revelar suas estruturas para identificar inter-relações e separar característica dos componentes amostrais (Hair e Anderson, 2009). Os métodos desenvolvidos dentro desta linha têm permitido analisar variáveis de diferentes naturezas na explicação de um único ou de um grupo de fenômenos, constituindo-se em importantes ferramentas que permitem trabalhar com diversas variáveis simultaneamente.

Para a construção do perfil socioeconômico dos estudantes envolvidos na análise são empregadas variáveis que representam a estrutura do domicílio em termos de bens, como posse de eletrodomésticos e veículo, e cultura, centralizada na escolaridade dos pais. Estes fatores têm como objetivo básico captar o papel do *background* familiar e da herança cultural transmitida pelos pais do aluno. Para o caso do perfil das escolas, as variáveis escolhidas tentam captar a qualidade da infraestrutura física e a disponibilidade de materiais de uso pedagógico e didáticos. Os resultados deste exercício, juntamente com a estimativa da probabilidade de acesso a atividades culturais, são apresentados na próxima seção.

4. Resultados e discussões

Esta seção apresenta e discute os resultados dos modelos estatísticos estimados para as escolas públicas da Região Metropolitana de Goiânia, destacando o papel do perfil socioeconômico dos alunos. Os dados da Tabela 2 mostram a porcentagem de crianças da amostra selecionada que frequenta a cada uma das atividades culturais analisadas, ao mesmo tempo que aponta para a existência de determinadas ofertas destas atividades nos municípios. Como pode ser vislumbrado, a simples existência de determinada infraestrutura cultural não incentiva por si só o consumo destes serviços por parte dos estudantes. Adicionalmente,

também evidencia a necessidade da população se deslocar para outras cidades no intuito de consumir ou participar destes tipo de atividades.

Tabela 2 – Consumo de bens culturais na região metropolitana de Goiânia (%)

	Cinema	Teatro	Museus	Apresentações Musicais	Leitura
Abadia de Goiás	21.05	41.67	0.00	38.89	8.33▪
Aparecida de Goiânia	27.47*	41.04	7.51#	33.36!	22.91▪
Aragoiânia	16.09	38.37	4.76	18.82	11.76
Bela Vista de Goiás	14.74	44.21	0.00	23.96	9.57▪
Bonfinópolis	21.05	50.00	2.86	31.43	7.89▪
Brazabrantes	12.90	28.13	3.13	20.00	9.38
Goianápolis	25.81	28.57	19.35	48.28	16.13▪
Goiânia	28.84*	44.85+	6.14#	30.31!	21.31▪
Goianira	20.58	41.97	5.60	34.30	20.50
Guapó	22.12	40.78	7.84	32.41	12.62
Hidrolândia	33.33	50.00	0.00	72.73	25.00▪
Inhumas	14.60	44.20	5.88	43.17	39.42
Nerópolis	18.46	50.76	5.47	29.32	18.80▪
Senador Canedo	23.59	44.54	5.13	33.83!	16.24▪
Terezópolis de Goiás	16.98	39.62	7.69	24.53	3.70
Trindade	20.11	53.51	8.70#	26.78	16.70▪

* Indica a presença de cinema no município; + indica a presença de teatro; # indica a presença de museus; ! indica a ocorrência de ações de incentivo à cultura; ▪ indica a presença de biblioteca municipal. Fonte: Resultados da pesquisa e respectivas secretarias de cultura e turismo de cada município.

Para melhor entender essa participação dos jovens estudantes no consumo de bens culturais, é implementado um modelo para a probabilidade de se observar uma criança da amostra selecionada que consome estas atividades. Como primeira etapa deste estudo, a Tabela 3 mostra o resultado da aplicação da análise fatorial sobre as variáveis selecionadas para compor o perfil socioeconômico dos estudantes da região. Tomando como base a magnitude dos escores obtidos da análise fatorial, é possível observar que o primeiro fator é composto essencialmente pelas variáveis que captam o nível econômico ou a capacidade de consumo da família dos estudantes, sendo, por isso, denominado de Perfil Socioeconômico de Consumo (PSE – Consumo). As variáveis que captam o nível educacional dos pais, por outro lado, compõem os principais determinantes do segundo fator, que pode ser entendido como o Perfil Socioeconômico de Cultura (PSE – Cultura), sob a hipótese de que famílias mais escolarizadas tendem a valorizar mais a educação e o consumo de bens culturais que podem incentivar a criatividade e o aprendizado das crianças.

Tabela 3 – Construção do perfil socioeconômico – análise fatorial

Variável	Configuração	Fator 1 Consumo	Fator 2 Cultura
Geladeira com Freezer	1 se tem e 0 em caso contrário	0,408	-0,072
Máquina de lavar	1 se tem e 0 em caso contrário	0,571	0,001
Carro	1 se tem e 0 em caso contrário	0,679	0,066
Computador com internet	1 se tem e 0 em caso contrário	0,678	-0,016
Banheiro	1 se tem, 0 em caso contrário e 2 se tem mais de 1 banheiro	0,603	0,049
Empregada	1 se tem e 0 em caso contrário	0,372	0,244
Educação da mãe	1 se concluiu ao menos o ensino médio e 0 em caso contrário	0,2	-0,681
Educação da mãe	1 se concluiu ao menos o ensino médio e 0 em caso contrário	0,331	0,671
Educação do pai	1 se concluiu ao menos o ensino médio e 0 em caso contrário	0,222	-0,662
Educação do pai	1 se concluiu ao menos o ensino médio e 0 em caso contrário	0,291	0,657
Variância explicada (%)		23,35	17,88
K.M.O.		0,619	

Fonte: Resultados da pesquisa.

Da mesma forma, o perfil das escolas também é obtido por meio da aplicação de uma análise fatorial sobre uma série de variáveis que captam os recursos disponibilizados em cada unidade de ensino. O resultado desta aplicação, exibido na Tabela 4, também permite a obtenção de dois fatores analíticos. O primeiro fator parece captar mais de perto a infraestrutura física das escolas, como a qualidade de salas, paredes e telhados, enquanto o segundo fator mostra evidências de ser mais influenciado pela existência de recursos didáticos e pedagógicos, como equipamentos de informática, aparelhos de televisão e DVD, além da existência de biblioteca.

Com estes resultados são geradas quatro novas variáveis para captar, respectivamente, as características socioeconômicas dos estudantes e as condições básicas das escolas nas quais eles estão inseridos. As variáveis são finalmente acrescentadas aos modelos que estimam a probabilidade de que um estudante tenha acesso a atividades culturais na região. Como anteriormente exposto, o acesso dos alunos do 5º e do 8º ano ao consumo de bens culturais está segmentada como ir ao cinema, ao teatro, ao museu, à apresentações musicais e hábito de leitura.

Tabela 4 – Construção do perfil das escolas – análise fatorial

Variável	Configuração	Fator 1 Infraestrutura	Fator 2 Recursos Didáticos
Telhado	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,727	0,084
Parede	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,752	0,099
Piso	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,69	-0,006
Pátio	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,553	0,136
Entrada do prédio	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,648	0,174
Corredor	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,682	0,122
Sala de aula	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,756	0,102
Portas	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,759	0,08
Janelas	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,737	0,158
Banheiros	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,816	0,072
Cozinha	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,647	0,11
Instalações hidráulicas	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,747	0,164
Instalação Elétrica	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,769	0,06
Iluminação	1 se tem e 0 em caso contrário	0,149	-0,022
Salas Arejadas	1 se tem e 0 em caso contrário	0,326	0,17
Segurança	1 se tem e 0 em caso contrário	0,277	0,14
Computador com internet	1 se tem e 0 em caso contrário	0,12	0,093
Computador com internet para professores	1 se tem e 0 em caso contrário	0,218	0,34
Computador com internet para administração	1 se tem e 0 em caso contrário	0,067	0,433
DVD para uso educacional	1 se tem e 0 em caso contrário	0,05	0,708
DVD para uso de lazer	1 se tem e 0 em caso contrário	0,226	0,623
Aparelho de DVD	1 se tem e 0 em caso contrário	0,117	0,744
Aparelho de TV	1 se tem e 0 em caso contrário	0,085	0,728
Biblioteca	1 se tem e 0 em caso contrário	0,064	0,121
Auditório	1 se tem e 0 em caso contrário	0,17	0,058
Telhado	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,727	0,084
Parede	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,752	0,099
Piso	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,69	-0,006
Pátio	4 se bom, 3 se regular, 2 se ruim e 1 se inexistente	0,553	0,136
Variância explicada (%)		34,418	9,016
K.M.O.		0,921	

Fonte: Resultados da pesquisa.

Os resultados dos modelos econométricos podem ser vistos na Tabela 5, que apresenta os coeficientes estimados. Como se tratam de modelos não lineares, os coeficientes não representam diretamente os efeitos marginais sobre a probabilidade de ter acesso a atividades culturais. Contudo, os sinais e significâncias podem ser usados para a interpretação proposta neste artigo. Além disso, todos os modelos se mostram globalmente significativos, apesar dos baixos pseudo R^2 obtidos.

De modo geral, observa-se que os meninos apresentam uma menor frequência a atividades culturais entre os estudantes da Região Metropolitana de Goiânia, exceto para o caso de atividades teatrais, onde o coeficiente estimado da binária de gênero não se mostra significativo aos níveis convencionais. Segundo *cor*, existem diferenças significativas apenas no acesso a apresentações musicais, onde os alunos não brancos parecem ir com maior facilidade. Para as demais atividades, a questão racial não é, em primeira vista, um empecilho no acesso à cultura das crianças matriculadas em escolas da região metropolitana.

Tabela 5 – Resultado do modelo estimando

	(1) Cinema	(2) Teatro	(3) Museu	(4) Apresentações Musicais	(5) Lê
Gênero	-0.344* (0.05)	-0.087 (0.07)	-0.144* (0.05)	-0.384* (0.05)	-0.770* (0.04)
Cor	-0.053 (0.06)	0.014 (0.08)	0.070 (0.06)	-0.156* (0.06)	0.055 (0.05)
Série	1.134* (0.06)	1.279* (0.07)	-1.943* (0.07)	0.771* (0.05)	0.724* (0.05)
Particular (referência)					
Municipal	0.271** (0.14)	0.530* (0.20)	0.336* (0.12)	0.943* (0.15)	0.128 (0.12)
Estadual	0.241*** (0.14)	0.596* (0.20)	0.395* (0.12)	0.866* (0.15)	-0.023 (0.12)
Infraestrutura	-0.017 (0.03)	0.016 (0.04)	0.021 (0.03)	-0.003 (0.03)	0.000 (0.03)
Recursos didáticos	0.003 (0.03)	-0.071** (0.03)	-0.036 (0.02)	-0.006 (0.02)	-0.016 (0.02)
Bens de consumo	0.286* (0.03)	0.176* (0.03)	0.580* (0.03)	0.118* (0.02)	0.021 (0.02)
Cultura dos pais	0.143* (0.03)	0.099* (0.03)	0.023 (0.03)	0.078* (0.02)	0.040*** (0.02)
Constante	-2.002* (0.14)	-3.119* (0.20)	-0.818* (0.11)	-2.014* (0.15)	0.997* (0.11)
Pseudo R ²	0.0689	0.0637	0.1438	0.0387	0.0448
Número de obs.	9667	9467	9669	9579	10630
X ²	601.22	421.19	1148.33	405.85	515.36
Prob> X ²	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Erros padrão robustos entre parênteses *** p<0.10, ** p<0.05, * p<0.01. Fonte: Resultados da pesquisa.

Sobre as características gerais das escolas, o sinal positivo e significativo na maior parte dos casos para a variável que identifica a série cursada evidencia que os alunos mais jovens, da 5ª série do ensino fundamental, apresentam maior frequência a atividade de cultura na região. A ida ao museu, contudo, parece mais comum entre os alunos mais velhos. Em comparação com a rede privada de ensino, os alunos da rede pública, tanto da esfera municipal como da estadual, apresentam maior acesso às atividades analisadas.

Os fatores gerados para representar as demais características das escolas em termos de infraestrutura disponível e recursos didáticos-pedagógicos se mostram pouco significativas nos modelos estimados e com baixa influência no acesso a bens e serviços culturais dos estudantes. Estes resultados são de difícil interpretação sem o conhecimento mais profundo da realidade das escolas e uma melhor comparação entre escolas. Contudo, o que os resultados evidenciam é uma neutralidade das características e recursos disponíveis nas escolas como incentivo à participação em atividades culturais. Isso pode derivar também a hipótese de que alguns recursos tradicionais das escolas, como bibliotecas, estão, possivelmente, caindo em desuso por parte dos alunos em função das novas ferramentas tecnológicas, como computadores, *tablets* e, sobretudo, o acesso à internet que permite o desfrute dos alunos de livros obtidos anteriormente apenas em bibliotecas. Com a inserção cada vez mais cedo de crianças à esses recursos tecnológicos e a crescente tendência dos compartilhamentos, as bibliotecas parecem convergir para um ponto de encontro e de discussões acerca de trabalhos escolares, do que para acesso a fontes de informações.

A primeira variável que capta o perfil socioeconômico da família na qual está inserido o estudante, extraída da análise fatorial, capta a capacidade aquisição de bens de consumo e apresenta sinal positivo e significativo sobre o acesso da maior parte das atividades culturais consideradas. Ou seja, quanto melhor a situação socioeconômica da família, maior a probabilidade do aluno ter acesso a serviços culturais para o caso da região metropolitana de Goiânia, corroborando resultados encontrados pelo IPEA (2007), que concluiu que as barreiras sociais podem influenciar o acesso a bens desta natureza. Contudo, apesar de resultar em um coeficiente positivo, o poder de compra da família não parece exercer influência significativa sobre o hábito de leitura das crianças. Uma possível explicação para este impacto pode advir do mais baixo custo de revistas, sobretudo revistas em quadrinhos, em comparação aos bilhetes de cinema, teatros e museus, além dos custos financeiros indiretos que a ida aos mesmos acarreta (lanches, transporte, estacionamento, etc.). Deste modo, mesmo em famílias de mais baixa condição financeira, o hábito de leitura pode ser estimulado, minimizando o efeito de transmissão entre gerações.

Com relação ao segundo fator de característica socioeconômica, que tem como objetivo captar o nível de cultura dos familiares, este se mostra também significativo e positivo na maior parte dos modelos estimados, exceto para a frequência a museus. Este resultado indica que há influência do nível educacional dos pais sobre a probabilidade de os alunos terem acesso a bens culturais. Sendo assim, quanto maior o nível de estudo dos pais, maior a probabilidade dos filhos terem acesso à cultura.

De modo geral, os resultados mostram que o perfil socioeconômico das famílias apresenta efeito positivo e significativo sobre o acesso à cultura das crianças, ou seja, familiares de baixa renda tentem a ter maiores dificuldades de garantir o acesso das crianças ao direito de cultura. Portanto, parece haver um efeito de transmissão da desigualdade de acesso entre as gerações de pais e filhos. Estes resultados permitem concluir que o acesso a serviços culturais é ainda desigual no país e, em particular, na região analisada, com uma forte dependência dos aspectos socioeconômicos.

5. Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar o acesso aos bens culturais nas regiões metropolitanas do estado de Goiás por parte das crianças. Para isso, foram analisados dados do Sistema de

Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2011, fornecido pelo INEP. Os resultados obtidos permitem concluir que a capacidade de aquisição de bens de consumo da família como uma *proxy* do nível sócio econômico, tem efeito positivo e significativo sobre o acesso à cultura de crianças, ou seja, quanto melhor a situação econômica da família maior a probabilidade de o aluno consumir bens culturais. De modo similar, o nível cultural, captado pela conjugação da escolaridade dos pais, também se mostrou relevante para a determinação do acesso à cultura das crianças. Desse modo, crianças que possuem maior acesso à cultura refletem o maior nível de escolaridade dos pais.

Deve-se ressaltar que o presente artigo limita-se à análise do consumo infantil de bens culturais por falta de dados que compreendem uma análise mais ampla dos indivíduos que consomem bens culturais. A maior parte dos estudos relacionados ao tema se limita a uma abordagem antropológica, ou seja, faltam pesquisas que analisem os impactos socioeconômicos.

A partir desta avaliação, sugere-se que estudos futuros preencham esse *gap* de dados e análises socioeconômicas, para que então seja possível analisar a importância do acesso à cultura e seus impactos não apenas sobre o indivíduo, mas também sobre o país como um todo.

Referências bibliográficas

Brandão, Z.; Martinez, M. E. E. (2006), “Elites escolares e Capital Cultural” em Boletim SOCED, n. 3.

Coleman, S. (1996), “Equality of educational opportunity”, U.S., Washington D.C.: Office of Education.

Diniz, S. C. (2008), “Análise do setor cultural nas regiões metropolitanas brasileiras”, trabalho apresentado no 36º Encontro Nacional de Economia, Salvador, Bahia. Dezembro de 2008.

Douglas, M.; Isherwood, B. (2004), *O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo*, Rio de Janeiro: UFRJ.

Hair JR, J. F.; Anderson, R. E. (org). (2009), *Multivariate Data Analysis*. Porto Alegre, Bookman.

Hanushek, E. (1986), “The economics of schooling: production and efficiency in public schools”, em *Journal of Economic Literature*, v. 24, p. 1.141-1.177.

IPEA (2007), *Política Cultural no Brasil, 2002 – 2006: Acompanhamento e Análise*. Rio de Janeiro: IPEA.

Kroeber, A.L (1917) *O Superorgânico. In A Natureza da Cultura*, Lisboa: Edições 70.

Laraia, R. B. (2001) *Cultura um Conceito Antropológico*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Lima, C. L. C.; Franca, C. O. ; Matta, P. R. (2006) “Notas Sobre Economia da Cultura”, trabalho apresentado no 1º Encontro da Ulepicc-Brasil, Niterói, UFF.

Menezes Filho, N. (2007), *Os Determinantes do desempenho escolar do Brasil*, São Paulo: Instituto Futuro Brasil/IBMEC.

Sapir, E. (2012), “Cultura: Autêntica e Espúria” em *Sociologia e Antropologia*, v.02.04 .p.35-60.

Semedo, P. M. C. (2008), *O Impacto dos eventos culturais na renovação e diversificação do produto turístico urbano – O Caso de Tomar*, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Aveiro.

Silva, F. A. B. (2007), *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*, Brasília: Ministério da Cultura.

Sobreira, S. (2005), “Públicos e mercados culturais para o teatro baiano”, em Rubim, L. (org.), *Organização e produção cultural*. 1º ed. Salvador: EDUFBA; p.145-159.

Taschner, G. B. (2000), “Lazer, cultura e consumo”, em *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.40, n.4 .p.38-47, out./dez.

Tylor, E. B. (1871), *Primitive culture* I. London: Continuum, 1871.